

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**Processo Digital nº: **1000434-35.2014.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**Requerente: **Tiago Cordebelle**Requerido: **GABRIEL HENRIQUE BATIFERRO e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Tiago Cordebelle intentou ação de indenização por danos materiais e morais em face de Gabriel Henrique Batifena e Pizzaria Bom Pedaco.

Sustentou que em 19/11/2013 trafegava com sua moto quando em um cruzamento o primeiro requerido não parou em sinal "Pare", colidindo com a moto pilotada pelo requerente, que sofreu ferimentos.

Gratuidade concedida à fl. 20.

Citação às fls. 29 e 31.

Em contestação o primeiro requerido asseverou que o autor contribuiu para o acidente pois trafegava em velocidade incompatível. Ainda, afirmou que não havia placa de parada, somente sinalização de solo, sendo difícil avista-la em virtude do horário. Rebateu o orçamento juntado. Requereu, ainda, o afastamento dos danos morais.

Também contestou a segunda requerida e aduziu ilegitimidade passiva por não ser o primeiro requerido seu funcionário. Sustentou, quanto ao mérito, culpa exclusiva da vítima.

Conciliação infrutífera.

Oitiva em audiência à fl. 160, havendo alegações finais à fl. 159.

É o relatório.

Decido.

Quanto à ilegitimidade da pessoa jurídica, não há dúvidas de que o requerido Gabriel a ela prestava serviços e, assim, há responsabilidade. Ela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

decorre do artigo 932, III, do CC, que abarca não só o formal contrato de trabalho, mas também, por óbvio, toda relação de prestação de serviços, e esse é o caso dos autos. Pouco importa se o Gabriel era funcionário de terceiro, visto que laborava para a pizzaria, entregando os produtos desta e, portanto, em típica atividade fim. Ademais, se entender pertinente, há ação de regresso, que pode ser utilizada.

Quanto ao acidente, a questão se resolve pelo que foi dito pelo requerido ao policial que atendeu à ocorrência – BOPM fl. 09, *verbis*:

"(...) passei direto na placa de parada obrigatória pois não vi a motocicleta (...)"

Não há que se duvidar do que a parte disse à autoridade após os fatos, até porque essa versão está corroborada pela narrativa da testemunha ouvida à fl. 160, que presenciou o acidente. Ela, além de afirmar o desrespeito à sinalização de parada, que havia de fato, pouco importando se no solo ou em placa, aduziu que o réu estava em velocidade alta, algo que pesa em seu desfavor.

A motocicleta do autor sofreu sérios danos, demonstrados pela documentação acostada com a inicial (fls. 18/19). Ainda, não houve contestação efetiva sobre o orçamento (fl. 19), sendo essa responsabilidade dos requeridos; simples alegações, sem provas concretas, não se prestam a afastar os valores que, portanto, são tomados por verídicos.

Houve ruptura de baço (fls. 12 e 134), algo que não se pode dizer ter sido sem importância, sendo evidentes os transtornos ao seu futuro, o que justifica reparação por danos morais em R\$10.000,00.

Não se trata de um mero acidente sem consequências, mas sim provocado por desídia de um dos condutores, com consequências gravosas a terceiro, estando mais do que justificada a reparação supra.

Ante o exposto **julgo, procedentes os pedidos iniciais** para condenar os requeridos, de forma solidária, a pagar ao autor o importe de R\$8.074,64, a ser atualizado monetariamente desde a data dos fatos (19/11/2013), com juros moratórios de 1% ao mês desde a citação, além de R\$10.000,00 por danos morais.

Em relação ao abalo moral, considerando que o decurso do tempo foi levado em consideração para a fixação do *quantum*, o valor deve ser corrigido monetariamente, com a incidência de juros moratórios, da data de hoje.

Os requeridos arcarão com as custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor atualizado da condenação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono do autor planilha atualizada do débito, nos termos do art. 475-B e 475-J, do CPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente para o prosseguimento, apontando, inclusive, a medida constritiva pretendida e atentando, se o caso, para o disposto no Provimento nº 2195/14 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura.

PRIC

São Carlos, 19 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**